

CAROLINA MARIA DE JESUS, UMA TRAJETÓRIA URBANA

Ana Cláudia Castilho Barone
FAU-USP
anabarone@gmail.com

Sou grata a Flávia Mateus Rios pela sugestão deste belíssimo tema; a Matheus Gato de Jesus pela questão da casa de alvenaria; a Edilza Correia Sotero e Uvanderson Vitor da Silva pelas indicações bibliográficas; a Everson Silva, que realizou os mapas.

A eles dedico este artigo.

A favela do Canindé teve uma existência curta na cidade de São Paulo, entre 1948 e 1961. Situada num terreno público, em um meandro do rio Tietê prestes a ser canalizado, a favela foi originada por estímulo da própria Prefeitura Municipal, que concedeu a área para o assentamento de 99 famílias desalojadas da ocupação de um terreno particular, situado à Rua Antônio de Barros (Godinho: 1955, 16). Treze anos depois, em 1961, por força da repercussão da publicação de um livro, a favela foi extinta (PMSP: 1962, 03). O livro intitulava-se *Quarto de Despejo*. Fora publicado um ano antes, pela editora Francisco Alves. A autora, Carolina Maria de Jesus, era moradora da favela.

Em 2014, quando escrevo estas páginas, comemora-se o centenário do nascimento de Carolina de Jesus. A escritora nasceu em Sacramento, sul de Minas Gerais, onde viveu até a adolescência com sua mãe. Era neta de negro liberto. Sua mãe era fruto do ventre livre. Quando criança, ouvia histórias do passado da família contadas pelo avô. “No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nós nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão” (Jesus: 2007a, 68).

Residia em casa própria, construída em adobe pelo mesmo avô (Jesus: 1996, 07). Estudou até o segundo ano primário, mas mantinha o hábito de escrever um diário. Mudou-se diversas vezes de cidade, pelos interiores mineiro e paulista, até chegar à capital do estado de São Paulo, em 1937, para trabalhar como empregada doméstica. Perdeu seu primeiro emprego, ao qual se sucederam outros diversos de igual perfil, mas Carolina “não gostava de limpar a sujeira deixada pelos patrões” (Jesus *apud* Castro e Machado: 2007, 27). Viveu em cortiço e teve também como endereço de moradia o espaço protegido sob o viaduto de Santa Ifigênia (Santos: 2009, 50).

Além de empregada doméstica, função com a qual claramente não se identificava, Carolina de Jesus foi “faxineira de hotel, vendedora de cerveja, cozinheira, passadeira, arrumadeira, lavadeira. Trabalhou para famílias ricas de advogados, médicos, juízes, políticos, dentistas. Lavou chão e pratos em restaurantes. Tomou conta de crianças. Quando aparecia um circo, apresentava-se como artista, cantora, declamadora, dançarina, malabarista, o que viesse...” (Castro e Machado: 2007, 28).

Em 1948, a mineira engravidou e perdeu seu emprego. Essa situação levou-a a mudar-se para a favela do Canindé, em formação naquele momento. No barraco improvisado na favela, ganhou outros dois filhos, mas não se casou, permanecendo como mulher independente. Foi na favela que retomou o hábito de ler e escrever, inclusive guardando seus livros e cadernos manuscritos.

Em 1958, Carolina de Jesus foi descoberta por um jornalista do *Diário de São Paulo*, que publicou seu livro. O sucesso da obra permitiu à autora realizar seu sonho mais contundente: sair da favela, que considerava degradante. Dessa forma, em 1961, Carolina de Jesus e seus três filhos passam a residir em uma casa, à rua Benta Pereira, 562, no bairro de Alto de Santana, na zona norte da cidade.

Apesar da ampla repercussão de seu livro, traduzido para diversas línguas, e da publicação de outros títulos em seguida, já de bem menor sucesso, a autora não pode se manter no novo endereço por muito tempo. Afortunadamente, no curso do curto período de glória, ela teve a previdência de adquirir um sítio em Parelheiros, a cerca de 40 km do centro, para onde se mudou logo no ano seguinte, com os filhos. Lá permaneceu até falecer, em 1977.

A recuperação da trajetória descrita por Carolina de Jesus sobre o território urbano de São Paulo revelará um aspecto absolutamente relevante da história da cidade que merece toda a atenção: o lugar, nela, reservado aos negros. Atendo-nos ao período de 1937 a 1977, perseguindo as fontes doloridas, teimosamente espalhadas pelos escritos da autora, poderemos reconstituir a lembrança do óbvio, a negligência com relação a tudo: ao negro não coube lugar nenhum – ausência de ter aonde ir. Por intermédio da literatura pungente de Carolina de Jesus se entrevê, do seio dos quarenta anos de sua vida em São Paulo, um exemplo, comprimido no tempo, da experiência mais ampla desse não caber no mundo, desse estar confinado no quarto de despejo.

* * *



“Hoje, moradores da favela pretendem chamar seu bairro de *comunidade*, mas nem sempre foi assim” (Joel Rufino dos Santos).

Quarto de despejo é um diário que revela uma rotina verdadeiramente repetida no dia a dia de 1955 a 1960 por sua autora: a rotina da fome. A autora nos revela os dias em que comia pão, os dias em que comia feijão, carne e também queijo. Revelando, assim, os dias em que comia, conta também de quando não comia... Dia sem assunto para escrever... Sair à rua, catar papel, vende-lo, somar recursos, era o que permitia, diariamente, colocar comida na panela e dar de comer aos filhos. Essa narrativa se constrói de tal maneira que chama a atenção a associação direta que Carolina de Jesus faz, no seu livro, entre o valor obtido na venda dos materiais coletados na rua e os gêneros de alimentos que conseguia comprar. O dia sem comida não era descrito. Ou era descrito como desespero: “Sábado – o dia que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sábado e o domingo” (Jesus: 2007b, 48).

O dinheiro se ganhava para o dia. No dia que não se ganhava, não se comia: “Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga” (idem, 62).

Catar papel nem sempre era uma atividade com retorno garantido. Havia uma concorrência. “Hoje eu não fui catar papel porque sei que não vou encontrar nada. Tem um velho que circula na minha frente” (Jesus: 1996, 38). Quando não encontrava papéis, a catadora recolhia latas, metais, vidros e “litros”. E os revendia, obtendo bem menos recursos para os alimentos que levaria a sua família. Para complementar a refeição, era obrigada a recorrer a outras saídas: pedia a uma vizinha em melhor situação, ia ao frigorífico que distribuía salsichas às crianças, aceitava peixes do peixeiro e pão da igreja, recolhia legumes, frutas e outros restos na feira, revirava cestos de lixo. Parte da comida que ganhava ou encontrava, ela era obrigada a rejeitar, pois estava estragada.

Outra parte do dinheiro que ganhava era usado para comprar sapatos. Para ela, para os filhos. Muitas vezes desistia, pois o dinheiro era insuficiente. Então encontrava algum par na lixeira e recuperava. Mas duravam muito pouco tempo os sapatos recuperados.

Em seu diário, Carolina falava, portanto, de sua condição de degradação. Viver na favela tinha esse sentido, para ela. “... Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas.” (Jesus: 2007b, 20). Ainda que procurasse ocultar, nas falas em que associava os ganhos à compra de café, carne, feijão, açúcar, etc, ela não escondia que esses produtos eram raros em sua mesa diária, e nem poupava comentários sobre a vergonha e o ódio de viver nas condições em que vivia. “Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas.” (idem, 40)

A favela do Canindé era desprovida de qualquer infraestrutura. A água era servida a partir de uma torneira instalada em uma caixa d’água que atendia a toda a população residente no núcleo. Logo cedo, filas se formavam em torno da torneira para se encherem os litros e latas de água para as residências. Era nessas filas que se dava o burburinho, a fofoca e as tramas da vizinhança, que a escritora evitava, para não se indispor com ninguém. O esgoto era recolhido por cada família, em fossas improvisadas, que muitas vezes transbordavam e se misturavam ao lamaçal da várzea, nos caminhos de acesso aos barracos, dando ao bairro um cheiro podre.

Em uma análise criteriosa da favela do Canindé realizada em 1955 como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social na PUC-SP, Marta Godinho apontou que em 1955, a situação da favela era a seguinte: 96 barracos, 108 famílias, 463 pessoas; ruas A, B, C, Felisberto de Carvalho, Travessa Felisberto de Carvalho e rua do Porto. A favela fora iniciada por oferecimento da própria Prefeitura, em próprio municipal. “Como a área lá era grande, muitas outras pessoas depois, com o correr do tempo, mediante o memorando de autorização do Gabinete do senhor Prefeito, foram para lá” (Godinho: 1955, 16).

Em relação à infraestrutura urbana da favela, a autora descreveu: “como não havia água, não podiam cavar poços, devido à proximidade do rio Tietê, a Prefeitura mandou instalar uma caixa d’água que abastecesse toda a favela. A favela aumentou bastante, vindo a atingir 300 famílias, mas, como antes da retificação do rio Tietê as enchentes eram muito fortes, um grande número delas foi obrigado a sair” (idem, 17).

O lazer era improvisado entre os barracos, nos quintais. As crianças ocupavam essas áreas com suas brincadeiras. As margens do rio Tietê eram muito frequentadas pelos

moradores da favela. Seja em cenas de violência e confusão, seja no temor de as crianças correrem para lá.

A favela era designada pela escritora como o quarto de despejo da cidade, o lugar onde se esconde aquilo que não deve ser visto. A população pobre, miserável, que não tem condição de vida digna. Nesse quarto de despejo, tal como nos cortiços, nos baixos de viadutos, nas beiras de córregos, se amontoam aqueles que não têm para onde ir na cidade. Aqueles que ficaram, pela história, destituídos de meios de sobrevivência e de lugar na sociedade. Integrantes dessa camada da população são majoritariamente, desde os meados do século XIX, os herdeiros da escravidão.

Trajatória e percursos na cidade

“... Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (Jesus: 2007, 55).

A estratégia do estudo de biografias, trajetórias e histórias de vida de indivíduos para a compreensão de determinados fenômenos sociais tem sido adotada, questionada e debatida pelos diferentes campos das ciências humanas, particularmente a história e a sociologia. O sentido desse debate se inicia no questionamento quanto à legitimidade da generalização das trajetórias individuais para a análise de grupos ou fenômenos. Bourdieu (in Amado & Ferreira: 2000, 183-91) questiona a utilização do método das histórias de vida sem um cuidadoso trabalho de objetivação que coloque a trajetória dos indivíduos em face das contingências do meio social.

Analisando esse debate no decorrer do tempo, Guérios (2011, 9-29) lembra que a questão da objetivação levantada por Bourdieu remetia à ideia de que a trajetória, por ser subjetiva, diz respeito ao universo particular não generalizável, e que apenas o que diz respeito ao universo da sociedade é objetivo e, portanto, legítimo enquanto método científico. Imediatamente, porém, o autor propõe novo foco para os objetivos da estratégia, defendendo que se o propósito da análise se desloca da busca de *legitimidade* do método para a

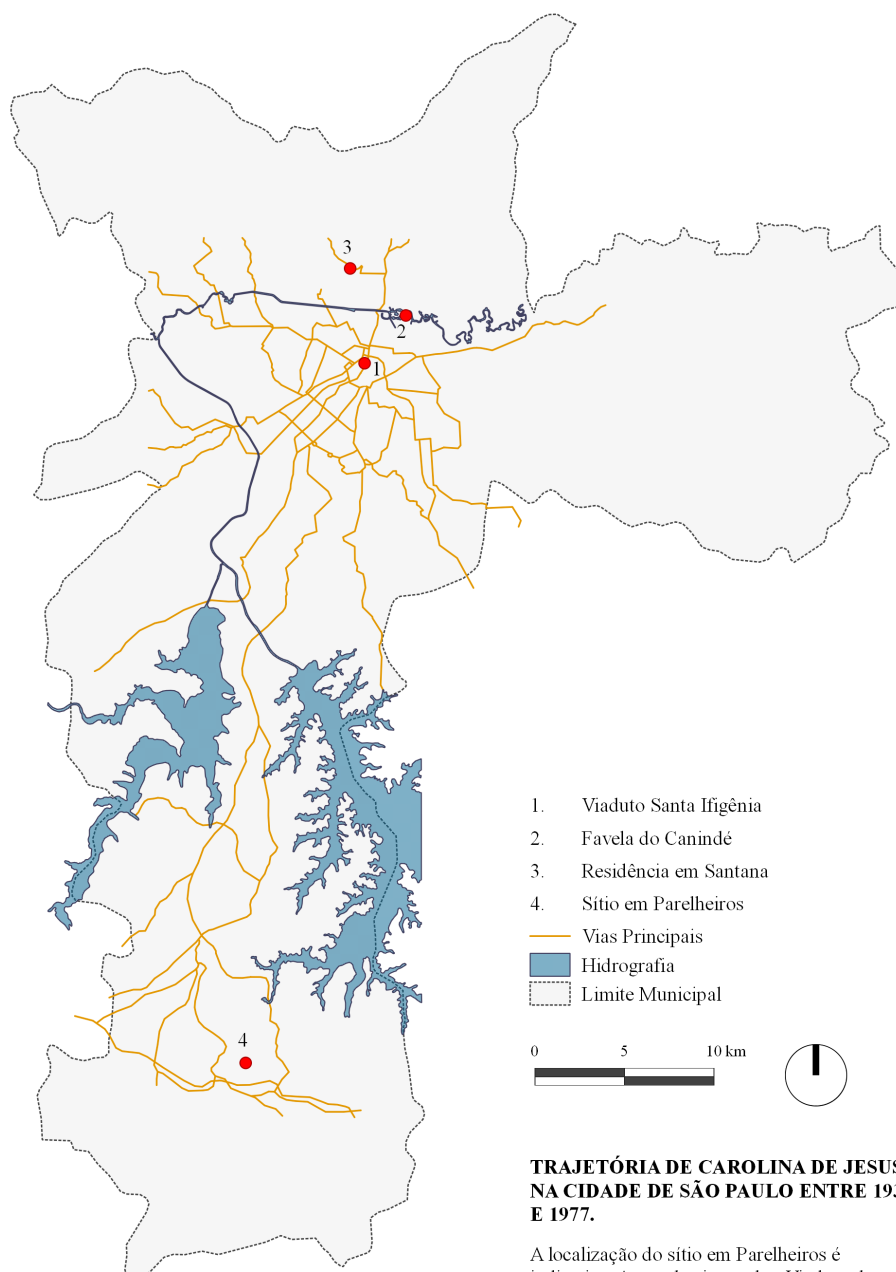
legibilidade de um determinado fenômeno invisível a partir das fontes tradicionais de pesquisa, a estratégia do estudo das trajetórias oferece não apenas a consistência necessária, como também uma fonte privilegiada para o estudo “da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo” (idem, 13). É com esse propósito, o da legibilidade, que se faz aqui uma breve análise da trajetória urbana de nossa heroica escritora.

Em sua trajetória de residência na cidade de São Paulo, sabe-se que Carolina de Jesus viveu em um cortiço e debaixo de um viaduto, antes de ir para a favela do Canindé. Do cortiço, não se sabe a localização. “Carolina dá mostras de que morou em cortiço, como de resto um terço dos habitantes de São Paulo na década de 1930. Já famosa, explicando num programa de televisão o título dado a seu primeiro livro, disse: *quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes*” (Castro e Machado: 2007, 28).

Ela morou também “num cubículo sórdido na antiga favela dos baixos do viaduto Santa Efigênia” (Dantas *apud* Castro e Machado: 2007, 28).

Em poucas linhas, pode-se resumir a trajetória urbana de Carolina de Jesus na fase do anonimato pelos lugares de precariedade por que passou, nessa ordem: o cortiço, o viaduto e a favela. Uma trajetória antecedida pelo nascimento em Sacramento, no sul de Minas Gerais e pelas passagens por fazendas e pequenas cidades do interior dos estados de Minas e São Paulo, e depois superada pela casa de alvenaria, na fase de sucesso, logo substituída pelo isolamento no sítio de Parelheiros. Linha descrita no espaço, que revela de uma forma condensada, o percurso de sua raça: da origem rural derivada da saída das fazendas onde o negro liberto já não tinha mais lugar, perambulando por caminhos incertos até chegar na metrópole. Lá, se não encontrava um quilombo para se esconder do mundo branco e estar entre os seus, passava fatalmente pelo caminho da não-destinação na grande cidade – o cortiço, a favela, a autoconstrução. O negro liberto do cativo, seja por fuga, por alforria ou por abolição, não teve lugar para onde ir na cidade nem no campo, não teve onde se alojar. Antes de 1888 não teve. E não teve também depois, como quis deixar registrado em sua obra a persistente escritora.

O geógrafo carioca Andreino Campos trata desse problema em um estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro:



A localização do sítio em Parelheiros é indicativa. Antes de viver sob o Viaduto de Santa Ifigênia a autora residiu em um cortiço que não foi identificado.

Elaborado por Everson Fonseca Silva

“Por não se constituírem em indivíduos fenotipicamente enquadrados nos ideais de monarquistas e, posteriormente, de republicanos, nos termos colocados por Chalhoub (1996a,

1996b), Sodré (1998) e Cunha (1985), entre outros tantos autores, eles observam que os negros escravos ou alforriados foram excluídos da prática política e marginalizados economicamente, apontados pela sociedade da época – e permanecendo até os dias atuais, agora de maneira mais subjetiva – como “vadios”, “vagabundos”, “desocupados” (Basbaum, 1976: 179-83) e outros termos depreciativos sociais, que, na base, tinham como pano de fundo o preconceito racial, fruto do estigma legado pela Coroa portuguesa ainda no século XVII.

As estratégias de sobrevivência e também de resistência que foram desenvolvidas pelas massas pobres, seja nos cortiços localizados na área central da cidade, seja nas favelas (espaços contemporâneos), em face das várias intervenções do Estado, colocaram-nas sempre em condição de conflitos eminentes com o poder público” (Campos: 2007, 22).

É assim que Carolina de Jesus, ao ver-se a si mesma como uma sem-lugar no mundo e na cidade, percebe os seus iguais, moradores da favela, como corvos...

Finalmente, em *Quarto de despejo*, a escritora descreveu os caminhos por onde passava durante as jornadas de catar papel nas ruas do bairro da Luz e do Bom Retiro, no centro da cidade. “... Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando” (Jesus: 2007b, 30). O percurso de catar papel incluía a Avenida Tiradentes, a Rua Alfredo Maia, a Rua Frei Antônio Santana Galvão, a Rua Pedro Vicente, a Avenida Cruzeiro do Sul, a Rua Paulino Guimarães, gentilmente desenhado sobre carta da Cia. de Melhoramentos de 1951 por Everson Silva, para inclusão neste artigo.

Além disso, Carolina de Jesus conta que frequentava um Centro Espírita na rua Vergueiro, na Liberdade, e outro na rua Oriente, no Brás; a feira da Rua Carlos de Campos e a quitanda da rua Guaporé, onde recolhia alimentos; o Circo Theatro Nilo na Rua Araguaia, e tinha uma amiga na Rua Carlos de Campos. Os percursos descritos pelas distâncias entre a favela do Canindé e os lugares que a autora frequentava demonstram que ela caminhava exclusivamente a pé pela cidade, tendo em vista claramente o preço proibitivo das passagens de transporte coletivo, por ela mencionado no livro. Quando precisava sair com os filhos e pagar condução, comparava o gasto com as passagens com o preço do quilo do arroz e preferia não ir. Essa, sabia o poder público na época, era a principal razão de se residir em uma favela próxima à área central

Os significados da Casa de Alvenaria

“Quando eu crescer, compro uma casa de tijolos para a senhora” (Jesus: 2007, p. 17).

Nos escritos de Carolina de Jesus, a casa de alvenaria aparece ora como sonho, ora como morada do oponente, ora como frustração frente ao desejo realizado. A importância do *status* da casa de alvenaria na sua obra não deve ser negligenciada, pois ela fala de um aspecto crucial da história dos negros na cidade, que diz respeito à obliteração das condições de superação da sua situação, desde a emancipação do cativo.

A casa de alvenaria aparece como sonho durante toda a trajetória inicial da autora em busca da realização do seu maior desejo, seja o de conseguir obter uma casa para si por meio do seu trabalho, seja o de sair da favela. “Se estou escrevendo, é porque tenho pretensões – quero comprar uma casinha para os meus filhos” (Jesus: 1996, 71).

O percurso dessa trajetória passa por diferentes etapas, da sujeição aos empregos aos quais ela não se adaptava à submissão às condições indignas de moradia no *quarto de despejo*. “Eu não estou descontente com a profissão que exerço (...). Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela” (Jesus: 2007b, 22). O sonho da casa de alvenaria, portanto, equivale a sair da favela, a obter condição digna de vida e de trabalho na cidade.

No entanto, a mesma casa de alvenaria aparece como a morada do oponente quando, ainda na favela, representa os vizinhos que consideravam a ocupação no terreno do Canindé indesejável: “Os vizinhos de alvenaria já tentaram com abaixo assinado retirar os favelados. Mas ainda não conseguiram. Os vizinhos das casas de tijolos diz: – Os políticos protegem os favelados” (idem, 32). Portanto, sua percepção aguçada já a informava de algum modo sobre a casa de alvenaria como um território excludente:

“... Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres” (idem, 56).

Nesse sentido, não é de estranhar o aparecimento da frustração quando o seu maior desejo se realiza. Em 1961, com os recursos provenientes da publicação do livro *Quarto de despejo* e a repercussão internacional, a autora pode finalmente comprar uma residência em um bairro consolidado da cidade. No entanto, à realização do sonho, correspondem não os regozijos da conquista mas as mazelas de se haver como negra em face a uma vizinhança branca e opressiva. É na relação dos moradores com as crianças que essa opressão se torna mais clara:

“A Vera vae brincar com as meninas brancas (...). Se um menino branco entra na minha casa, as mães vem correndo retirar os seus filhos como se contagiassem ao nosso lado” (Jesus: 1996, 135). E prossegue: “Eu disse-lhe que tudo que ocorre aqui êles culpam os meus filhos. Que já estou com nojo de morar perto dos brancos xinguei o homem e disse-lhe que arrependi de comprar esta casa”(idem, 235).

Diante de tamanho impasse, a brava autora recorre então ao seu derradeiro e mais definitivo sonho, retirar-se em um local onde pudesse cultivar seu próprio alimento: “Se eu tivesse essa quantia eu ia comprar terras para plantar arroz e feijão. A gente só é feliz quando planta para comer” (idem, 71). É quando adquire um sítio em Parelheiros para viver com os filhos. De 1962 a 1977, afastada da vizinhança urbana e, distante 40 km do centro da cidade, constrói para si uma morada que se assemelha mais às suas próprias origens que ao sonho contraditório da casa de alvenaria.

Por que Carolina escreve?

“Fui procurar a minha mãe (...). Ela me explicou que os negros eram ignorantes. Que o homem que não sabe ler fica parado igual a uma árvore num lugar” (Jesus: 2007a, 112).

Carolina de Jesus dominava o código letrado. Carolina era autora. Distanciava-se, dessa forma, do seu passado escravo e do seu destino fatídico. Portanto, em primeiro lugar, Carolina escrevia para se perceber como diferente de si mesma, diferente da limitada condição que a realidade lhe impunha.

Na favela, a escritora “lia para as mulheres ouvir” (Jesus: 2007b, 61). Era ela a porta-voz da realidade política em que estavam submersas as suas iguais, e assim ela gostava e queria que fosse. Ser letrada a diferenciava claramente do lugar onde estava e de onde queria sair.

Além disso, a autora escrevia para denunciar: “Esse meu Diário eu escrevi Há dez anos atrás mas não tinha a intenção de popularizar-me pretendia revelara minha situação e a situação dos meus filhos é a situação de vida dos favelados” (Jesus: 1996, 115). Ser porta-voz da realidade do mundo para dentro da favela era uma via de mão dupla; o caminho inverso era fazer ouvir a voz da favela no mundo, coisa que realizou magistralmente em 1960.

Em um outro plano, para além da voz e de ser porta-voz, e para além da sua própria auto-superação, Carolina escrevia para que um dia não fosse mais assim: por uma superação coletiva.

Durante o ano de 1955, surge um presságio na favela do Canindé: “... Ouvi uns buatos que os fiscais vieram requerer que os favelados desocupem o terreno do Estado onde eles fizeram barracões sem ordem. Várias pessoas que tinham barracões aqui na favela transferiram para o terreno do Estado, porque lá quando chove não há lama. Eles disseram que vão construir um parque infantil. O que eu acho esquisito é que o terreno tinha alvenaria. E foi desapropriado. E agora o Zé Povinho está construindo barraco” (Jesus: 2007b, 73).

O presságio permanece em 1958: “Disse-lhe que circula um boato de que a favela vai acabar porque vão fazer avenida. Ele disse que não é para já. Que a Prefeitura está sem dinheiro” (idem, 131). E está registrada também em outras passagens: “Falei com um nortista que é meu visinho que o dr. Adhemar esta pensando se êle vae acabar com a favela Ele disse-me que ouviu dizer que nós íamos para o Tremembé” (Jesus: 1996, 53).

O medo de Carolina parece não ter passado de ameaça constante sofrida durante o período em que vivia ali. Pelo menos até o ano em que ela realmente pode sair da favela, nenhuma intervenção do poder público aconteceu. A extinção da favela do Canindé viria, ironicamente, por influência de sua própria pessoa: “O impacto causado pela publicação do já famoso *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, a extinção da favela do Canindé pela Prefeitura, através dum plano pelo qual 60% dos seus moradores adquiriram casa própria, a

ampla divulgação e interpretação do problema que vem sendo dada pelo Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), marcaram o despertar da cidade de São Paulo para esse grave problema humano e social – a favela” (PMSP: 1962, 01).

De acordo com os dados da Divisão de Serviço Social da Prefeitura do Município de São Paulo, em 1957 haviam cerca de 50 mil favelados na cidade, população estimada em 70 mil no ano de 1962 (idem, 12).

O poder público decidia extinguir a favela do Canindé por força da obra de Carolina de Jesus, mas não converteu sua decisão em política pública extensiva à solução para o problema da habitação de forma ampla e compreensiva. A descontinuidade entre as ações deixa margem para interpretações incômodas: seria a extinção da favela do Canindé apenas uma forma de apagar o rastro deixado por Carolina de Jesus? Ou teria sido o desfavelamento do Canindé uma oportunidade de a Prefeitura executar uma obra de impacto social de grande visibilidade, com uma forte repercussão sobre a opinião pública, na esteira do trabalho da escritora?

Os ex-moradores da favela do Canindé foram transferidos para bairros distantes: 18 para Vila Mascote (Sul), 16 para Jardim Etelvina (Leste), 13 para Cidade A. E. Carvalho (Leste), 10 para Jardim Brasil (Norte), 09 para Itaim (Leste), 07 para Jardim V. Rio Branco (Leste), 06 para V. Gustavo (Norte), 05 para V. Itaim (Leste), para citar os principais destinos (idem, 83). Ou seja, se em 1948 a favela foi engendrada por consentimento do órgão público, em 1961 a sua extinção levou os moradores para os extremos mais distantes da cidade, em bairros afastados do centro, onde as atividades econômicas que esses cidadãos desempenhavam já não eram mais possíveis, a despeito de todo o conhecimento por parte do agente mobilizador, o poder público, em relação às necessidades dessa população de proximidade ao centro.

A perspectiva de não haver mais favelas foi lançada pela obra de Carolina de Jesus com um impacto efetivo sobre a realidade urbana da década de 1960 em São Paulo. Embora o fôlego não tenha tido alcance, não apenas em função das restrições da força, dos recursos e da vontade política da Prefeitura, mas também do momento histórico em questão, não é desprezível o significado e a ressonância de sua voz. Ela esteve presente tanto na extinção da favela do Canindé como na inspiração para a organização e ação do Movimento Universitário

de Desfavelamento. Já em relação à perspectiva de não haver mais diferenças entre pretos e brancos, também intensamente presente no grito de alerta que sua obra representa no quadro da cultura brasileira, esse ponto ainda persiste como dívida do país para com a autora.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre. “A ilusão bibliográfica”. In: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta de Moraes (org). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Campos, Andreilino. *Do quilombo à favela. A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Castro, Eliana de Moura e Machado, Marília Novais de Mata. *Muito bem, Carolina! Biografia de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

Godinho, Marta Teresinha. *O Serviço Social das Favelas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social, 1955.

Guérios, Paulo Renato. “O estudo das trajetórias de vida nas ciências sociais: trabalhando com as diferenças de escalas”. In *Campos: Revista de Antropologia Social*, v. 12, n. 1, 2001, pp. 09-29.

Jesus, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Sacramento: Bertolucci, 2007a.

_____. *Quarto de despejo, diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2007b.

_____. *Meu estranho diário*. São Paulo: Xamã, 1996.

Paulino, Jorge. *Favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas*. São Paulo: FAUUSP (Dissertação de Mestrado), 2007.

São Paulo (cidade). *Desfavelamento do Canindé*. Divisão do Serviço Social da PMSP, 1962.

Santos, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus, uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Cartografia

Companhia Melhoramentos de São Paulo. *Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica)*, escala 1:40.000, 1951.